

CHARGE JORNALÍSTICA: DEFINIÇÃO, HISTÓRICO E FUNÇÕES¹

GT17: História da Comunicação

Cristiane dos Santos PARNAIBA²

Profa. Dra. Maria Cristina GOBBI³

Resumo

Este artigo, de caráter bibliográfico, faz uma revisão dos estudos sobre a charge jornalística, sua definição, histórico, enfatizando o seu desenvolvimento no Brasil, e suas funções, especialmente no que tange a narrativa jornalística e posteriormente, como documento histórico. O objetivo central deste texto é conhecer os momentos chave da história da charge, e qual a sua função na imprensa. Para tanto foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a partir de autores como: Fonseca (1999), Miani (2010, 2012), Agostinho (1993), Maringoni (1996) e Saliba (2002), entre outros, e documental, realizada em jornais diários, revistas e websites. Justifica-se este estudo pela importância que a charge exerce no contexto jornalístico, sendo uma importante ferramenta opinativa, publicada regularmente em vários dos principais jornais e revistas do mundo, além de terem

¹ Trabalho a ser apresentado no GT 17 – Historia de la Comunicacion do XII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), na Pontificia Universidade Católica do Peru, em Lima de 6 a 8 de agosto de 2014.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação-em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. Bolsista Capes. E-mail: cris_parnaiba@yahoo.com.br.

³ Pesquisadora, Pós-Doutora pelo Programa de Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Pensamento Comunicacional Latino-Americano” do CNPq. Diretora secretaria da Rede Folkcom. Coordenadora do GT Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais na América Latina da Intercom. Diretora Administrativa da Socicom. Coordenadora (2012-2013) da Geração Intercom. Orientadora da Dissertação de Mestrado. E-mail: mccgobbi@terra.com.br

ganhado versões para o rádio, a televisão e a internet. Ao estudar a charge, foi possível perceber o cruzamento entre sua história com a da caricatura, motivo de muitas confusões nas definições e usos que se faz destes termos, que apesar de no Brasil remeterem atualmente a produções diferentes, em outros países se equivalem. Também foi notável que, apesar de surgir antes da imprensa, a charge ganha outra dimensão após sua veiculação em jornais e revistas, tornando-se parte da narrativa jornalística em muitas publicações.

Palavras-chave: Charge jornalística; caricatura; história da imprensa; humor gráfico.

Charge jornalística: definição, histórico e funções

Parente da caricatura e muitas vezes com ela confundida, a charge é uma forma de humor gráfico que figura nas páginas de jornais e revistas, em telejornais, nas rádios e na internet do mundo todo – embora o seu surgimento tenha sido anterior à imprensa. Sua estrutura básica é composta de imagem e texto, mas, dependendo do meio em que é veiculada, pode conter som e movimento ou deixar de conter algum dos elementos citados. Tendo limitações temporais e contextuais e usando, geralmente, o humor e a sátira, seu objetivo no jornalismo é o de expor uma opinião acerca de um fato importante no período em que foi publicada, sendo, por isso, considerada uma espécie de “editorial gráfico” do jornal.

Neste artigo, procuraremos definir o que é a charge, diferenciando-a das demais formas de humor gráfico. Também percorreremos sua história, buscando suas origens e evolução, com especial atenção à charge produzida no Brasil. Outro dos nossos objetivos é entender qual a função da charge na imprensa.

Charge, caricatura, cartum e tirinha: definições

O termo *charge* vem do francês *charger*, e significa carga, no sentido de carregar, exagerar, ou ainda atacar violentamente – uma carga de cavalaria (FONSECA, 1999, p. 26). Com significado muito semelhante, temos a palavra *caricatura*, que vinda do latim *caricare*, remete à carregar, no sentido de exagerar, aumentar a proporção de algo (ARQUIVOESTADO.SP.GOV.BR, 2013).

A charge ainda pode ser definida como um cartum político, como é o caso da definição que encontramos no dicionário Aurélio: “[...] cartum em que se faz, geralmente, crítica social e política” (1993, p. 229).

Até aqui, vimos três palavras que remetem a tipos específicos de humor gráfico, e comumente são confundidos: charge, caricatura e cartum. Mas afinal, o que é cada um dos tipos de humor gráfico?

A caricatura é, basicamente, um desenho que exagera os traços físicos ou de personalidade de uma pessoa. Segundo o cartunista e professor Mário Mastrotti, é uma “[...] representação gráfica com distorções anatômicas bem-humoradas de pessoas ou personalidades dependendo de seu uso” (MASTROTTI, 2013).

Já o cartum “[...] é um desenho caricatural que apresenta uma situação humorística, utilizando ou não legendas [...] é atemporal e é universal pois não se prende aos acontecimentos do momento” (FONSECA, 1999, p. 26).

Para o pesquisador José Marques de Melo, o cartum, a charge e ainda o *comic*, também chamado de tira, tirinha quadrinhos, são tipos de caricatura, sendo assim definidos:

- a) *Caricatura* (propriamente dita) é o “[...] retrato humano ou de objetos que exagera ou simplifica traços, acentuando detalhes ou ressaltando defeitos. Sua finalidade é suscitar risos, ironia. Trata-se de um retrato isolado” (2003, p. 167);
- b) *Cartoon* é a “[...] anedota gráfica. Crítica mordaz. Geralmente não insere personagens reais ou fatos verídicos, mas representa uma expressão criativa do caricaturista, que penetra no domínio da fantasia. Mantém-se, contudo, vinculado ao espírito do momento, incorporando eventualmente fatos e personagens” (2003, p. 167)
- c) *Comic* é a “[...] história em quadrinhos. Narrativa composta por imagens que se sucedem, complementada por textos (balões). No jornal, aparece de forma seriada. Na revista, publica-se integralmente” (2003, p. 167) – aqui é válido dizer que Marques de Melo refere-se às revistas de histórias em quadrinhos, em oposição às tirinhas publicadas em jornais e revistas de forma seriada;
- d) *Charge* é a “[...] crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista. Tanto pode se apresentar somente através de imagens quanto combinando imagem e texto (título, diálogos) (2003, p. 167).

As imagens abaixo, todas extraídas da edição de 26 de janeiro de 2014, do jornal Folha de S. Paulo exemplificam as diferenças entre estes formatos:



Figura 1 – Exemplo de caricatura – representação da personagem “Valdirene” de novela da Rede Globo



Figura 2 – Exemplo de cartum



Figura 3 – Exemplo de tirinha, tira ou comic



Figura 4 – Exemplo de charge

Aqui, é necessário enfatizar o caráter temporal da charge como algo muito mais específico do que o do cartum. No exemplo de cartum mostrado também é preciso alguma localização temporal para entendê-lo, porém, esta localização é muito mais genérica do que a da charge. Uma pessoa nos Estados Unidos ou no Japão podem interpretá-lo muito mais facilmente do que interpretariam a charge. O cartum está muito mais ligado ao cotidiano do que a um acontecimento específico.

Aprofundando a definição de charge, a pesquisadora Onice Flores, em seu livro *A leitura da charge*, no qual ela propõe destacar a importância da charge como texto, define que:

A charge é um texto usualmente publicado em jornais, sendo por via de regra constituído por quadro único. A ilustração mostra os pormenores caracterizados de personagens, situações, ambientes, objetos. Os comentários relativos à situação representada aparecem por escrito. Escrita/ilustração integram-se de tal modo que por vezes fica difícil, senão impossível, ler uma charge e compreendê-la sem considerar os dois códigos, complementarmente,

associando-os à consideração do interdiscurso que se faz presente como memória, dando uma orientação ao sentido num contexto dado- aquele e não outro qualquer” (FLORES, 2002, p. 14).

O pesquisador Rozinaldo Antonio Miani, que defendeu seu doutorado usando a charge como objeto, a considera como

[...] uma representação humorística e satírica, persuasiva, de caráter político e de natureza eminentemente dissertativa e intertextual; ela se constitui, em certa medida, como “herdeira da caricatura” em sua conotação e expressão políticas (2010, p. 58).

E para Fonseca (1999, p. 26), a charge “[...] É um cartum em que se satiriza um fato específico, tal como uma ideia, um acontecimento, situação ou pessoa, em geral de caráter político que seja do conhecimento público. Seu caráter é temporal, pois trata do fato do dia”.

É interessante ressaltar ainda que a charge pode se valer da caricatura, e muito o faz, para passar sua mensagem. Ou, nas palavras de Miani (2012, p. 40): “[...] a charge pode conter a caricatura (melhor dizendo, retrato caricato) como um de seus elementos materializados”.

A História da Charge e a Charge na História

Neste trecho, resgatamos a história da charge no mundo ocidental, enfatizando o Brasil. Antes, porém, alertamos para o fato de que muitas vezes a história da charge é confundida ou mesclada à da caricatura. Isso acontece por algumas razões: 1. etimológica – uma vez que os termos charge e caricatura, embora

tenham origem distintas, carregam significados muito parecidos, como vimos anteriormente; 2. de classificação – já quem alguns autores consideram a primeira como ramificação da segunda, e outros usam os termos como sinônimos, a exemplo de Lima (1963); ou 3. de tradução – tendo em vista que o “[...] Apesar do termo ‘charge’ ser amplamente utilizado, em alguns países, como os hispânicos, o termo ‘caricatura’ é o designador desses desenhos irônicos (CRUZ, 2010, s/n).

A questão etimológica citada traz diferentes interpretações para a história da charge, pois muitas vezes esta é confundida com ou considerada como caricatura. Miani (2012, p. 40) afirma que desde o seu aparecimento no Brasil, antes mesmo de sua publicação na imprensa, a caricatura já apresentava características da charge, tais como a crítica e a sátira.

Antes mesmo do aparecimento do Diabo Coxo, em 1865, o primeiro jornal de caricaturas de São Paulo, produzido por Ângelo Agostini, a história da caricatura no Brasil já estava associada ao combate e à crítica dos costumes e da política. Era um termo genérico aplicado a todos os desenhos humorísticos, desde que desencadeasse o riso, a crítica escarnecedora e a sátira contundente.

Assim, o mesmo autor afirma que “[...] ao realizarmos um breve histórico da caricatura no Brasil a partir do século XIX, verificamos que as características próprias da linguagem caricatural daquela época, na verdade, compõem o universo conceitual do que hoje assumimos como charge” (MIANI, 2012, p. 38).

Agostinho defende que “[...] a caricatura é o ponto de partida para se chegar à charge, pois também se preocupa em criticar através do exagero, visando não

apenas o aspecto físico do indivíduo, mas também a sua personalidade e o seu comportamento dentro do grupo social” (1993, p. 29).

Independentes da denominação que se adote, as representações gráficas precedem a escrita, sendo uma das primeiras formas de comunicação usadas pela humanidade. Tanto quando nos referimos aos acontecimentos, como aos desenhos descobertos em cavernas pré-históricas (pintura rupestre), quanto ao observarmos a facilidade e paixão que a maioria das crianças tem por desenhar – é só lembrar nossos primeiros trabalhos escolares.

Assim, a história da charge, se considerarmos suas características isoladas, percorre toda a história da humanidade, sendo encontrados resquícios dela desde a pré-história, “[...] onde a burla e a sátira deram lugar a representações gráficas” (FONSECA, 1999, p. 43).

Os antigos egípcios, “[...] apesar da austeridade de seus padrões artísticos, já representavam os homens ironicamente como animais ou em situações ridículas” (FONSECA, 1999, p. 43).

Já na Grécia e Roma antigas, a paródia era uma das principais maneiras de expressão do humor como forma de satirizar, sendo que “[...] na Grécia Antiga o humor tomou forma mais regular do que em outros países, porque a sátira era inerente ao espírito da sociedade grega” enquanto “[...] a sátira política e pessoal se manifestou entre os romanos”, sendo possível encontrar em Pompéia “[...] os modelos do que se pode considerar caricatura política” (FONSECA, 1999, p. 44).

Na Idade Média a religião era o tema das sátiras e sua forma de representação se dava pelo uso do grotesco, representada nas pinturas, esculturas ou miniaturas. E embora naquela época a sátira não dispusesse de meios adequados para mostrar

com precisão a sutileza da ironia, o espírito caricatural estava presente. A caricatura religiosa fazia valer seus direitos, afirma Fonseca, como em 1294, quando o “[...] o povo de Carcassone, para vingar-se da Santa Inquisição, representou o diabo num hábito de dominicano confabulando ao ouvido do príncipe que, três anos depois, viria a ser São Luís”. Ainda de acordo com o mesmo autor, os trovadores, com suas canções, eram os grandes ridicularizadores intencionais da sociedade medieval. (FONSECA, 1999, p. 44-47) Já durante a Reforma, o questionamento e o espírito crítico suscitados neste período “[...] levou ao surgimento de manifestações nas artes e na literatura, onde o humorismo e a sátira tiveram o seu lugar” (FONSECA, 1999, p. 48).

Mas Fonseca (1999, p. 49-50) considera que a caricatura surgiu mesmo no Renascimento, que foi quando o foco estava nos indivíduos. Neste contexto, grande foi a importância da família Carraci, que além de desenhar, fundou na cidade de Bolonha, Itália, no final do século XVI, uma escola de Arte, a “Accademia degli Incamminati”, que foi fundamental para a criação do retrato como caricatura. Os irmãos Agostinho e Aniballe Carraci tinham bastante interesse pela observação do cotidiano, o que os conduziu à caricatura. Porém, todo trabalho feito antes dos Carraci não deve ser desconsiderado.

Se entendermos o termo caricatura para significar um certo método caligráfico de desenho, podemos considerar os Carraci como seus inventores. Ou melhor: eles são os últimos de uma série precursores cujo trabalho tem que ser levado em conta se quisermos não apenas conhecer o resultado, mas também os passos que levaram ao seu surgimento (FONSECA, 1999, p. 51).

Porém, os Carraci faziam retratos do cotidiano, de pessoas ‘comuns’, sendo que “[...] as primeiras caricaturas de pessoas cujo nome se conhece foram feitas por Bernini”, um escultor barroco que fez caricaturas dos cardeais da igreja católica Antonio Barbenini (1607-1671) e Flavio Chigi (1631-1693) (FONSECA, 1999, p. 51).

Porém, Fonseca considera que foi o francês Jacques Callot que inaugurou o gênero sátira social. Callot “[...] satirizou os elegantes, os mendigos e todas as outras classes que se posicionaram entre esses extremos”, pois “[...] muito mais do que caricaturar os indivíduos, Callot voltava-se para os grupos formados por eles” (FONSECA, 1999, p. 54).

Já a Holanda é considerada o berço da caricatura política no século XVII, pois foi lá que se refugiaram os descontentes políticos de outras nações, principalmente da França, fugindo da tirania do rei Louis XIV, tornando a Holanda o “[...] centro do lançamento de uma quantidade enorme de estampas satíricas contra a política do ‘grande monarca’ francês, tanto contra sua pessoa como contra seus favoritos e seus ministros” (FONSECA, 1999, p. 55).

Na Inglaterra, a primeira aparição comprovável de uma caricatura “[...] deve-se ao processo judicial do doutor Sacheverell, que teve grande repercussão política em 1710” (FONSECA, 1999, p. 56). Por essas características, pode-se considerar que a caricatura citada por Fonseca como sendo a primeira conhecida na Inglaterra é uma charge, pois se baseia em um fato específico, delimitado por tempo e espaço. A partir da Inglaterra, a caricatura ganha o mundo, chegando a América Latina na metade do século XIX, “[...] embora algumas tentativas efêmeras tenham acontecido nos primeiros anos do século, principalmente na Argentina”, trazidas por imigrantes caricaturistas, vindos de Portugal, Espanha e França (FONSECA, 1999, p. 64).

No Brasil, com a proibição da imprensa imposta pela Coroa Portuguesa, foi contemporizado o aparecimento da caricatura, sendo que seu desenvolvimento se deu durante o Império de Dom Pedro II, na segunda metade do século XIX (FONSECA, 1999, p. 56).

Neste sentido, o historiador Elias Thomé Saliba, que resgata a história da representação humorística na história brasileira, da Belle Époque (período que, no Brasil, foi de 1889 a 1931, abrangendo o fim do Império e o início da República) aos primeiros tempos do rádio, afirma já existir uma tradição humorística na imprensa nacional, mas que esta viria a se desenvolver melhor na República.

Essa tradição da representação humorística, que já vinha do jornalismo satírico da Regência e dos folhetins cômicos do Segundo Reinado, ganha maior força e se aprofunda com o desenvolvimento da imprensa e com a proliferação das revistas ilustradas e do *réclame* publicitário no início da República (SALIBA, 2002, p. 39).

O período entre o final do Império e o início da República acabou sendo oportuno para o desenvolvimento do humor e da sátira por suas características políticas, com as disputas entre monarquistas e republicanos. Saliba destaca que mesmo com a instauração da República, o humor encontrou terreno fértil: “[...] a fermentação dos conflitos e das lutas políticas nos dois primeiros governos republicanos, incentivou uma grande produção cômica, toda ela calcada na exploração das rixas políticas e dos rancores pessoais” (2002, p. 57).

Outro aspecto que favoreceu o desenvolvimento das charges no país foi o surgimento das revistas ilustradas e humorísticas, nas três últimas décadas do

século XIX, sendo que “[...] no período imperial chegaram a circular cerca de sessenta revistas ilustradas no Rio de Janeiro, que misturavam, de forma peculiar, a charge com uma espécie primitiva de história em quadrinhos, numa produção extremamente rica e fértil” (SALIBA, 2002, p. 38).

Mas antes mesmo das revistas ilustradas surge a primeira charge publicada no Brasil, que não saiu em um jornal ou revista, mas apareceu como uma estampa avulsa. Datada de 1837, foi criação de Manoel de Araújo Porto Alegre, nomeado posteriormente Barão de Santo Ângelo. A charge era uma crítica às propinas recebidas por um funcionário do governo relativas ao jornal Correio Oficial (FONSECA, 1999, p. 209).

No Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, de 14 de dezembro de 1837, a charge foi assim noticiada:

[...] Saiu à luz o primeiro número de uma nova invenção artística, gravada sobre magnífico papel representando uma admirável cena brasileira, e vendida pelo módico preço de 160 réis cada número, na loja de livros e gravuras de Mongie, Rua do Ouvidor, nº 87. A bela invenção de caricaturas, tão apreciadas na Europa, apareceu hoje pela primeira vez no nosso país, e, sem dúvida, receberá do público aqueles sinais de estima que ele tributa às coisas úteis, necessárias e agradáveis (FONSECA, 1999, p. 209).

Na reprodução da charge encontrada no livro do pesquisador Fonseca (1999), a reprodução não conta com texto, títulos ou assinaturas. Porém, no *A História da Caricatura no Brasil*, de Herman de Lima, há uma versão diferente, que aparece assinada e com algumas palavras escritas, conforme pode ser visto abaixo:



Figura 5 – Primeira charge publicada no Brasil.

Fonte da imagem: LIMA, 1963, p. 73

Manoel de Araújo Porto Alegre continuou a produzir e publicar charges, lançando em 1844 o periódico *Lanterna Mágica*, o primeiro a publicar com regularidade charges no país. Era destinado à crítica, à polêmica, às artes plásticas e às letras. Nela, foi revelado um outro autor do humor gráfico daquele período, Rafael Mendes de Carvalho, discípulo de Porto Alegre.

Em 1860 surge a primeira publicação brasileira especializada em humor, a revista *Semana Ilustrada*.

Mas foi em 1876, com o lançamento da *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini que o humor gráfico ganhou mais notoriedade no país. A *Revista* foi a primeira

publicação da América do Sul a ter uma tiragem de mais de quatro mil exemplares. Era publicada todos os sábados e distribuída em todas as capitais e nas principais cidades do interior do Brasil. Foi nela também que surgiu a primeira história em quadrinhos de longa duração na imprensa nacional: As Aventuras de Zé Caipora, de autoria de Agostini – em 1884, 20 anos antes de isso acontecer nos EUA. A *Revista Illustrada* deixou de circular em 1891 e foi uma forte aliada da campanha abolicionista (SODRÉ, 2011, p. 323-327).

Em A História da Imprensa no Brasil, Nelson Werneck Sodré afirma:

Agostini foi dos mais expressivos exemplos de como a militância política enriquece, amplia e multiplica o efeito das criações artísticas [...]. Suas caricaturas, por vezes contundentes, puseram a nu os traços grotescos da classe dominante brasileira do tempo, suas irremediáveis mazelas, seu atraso insuportável, e o vazio triste dos ornamentos, dos artifícios, dos disfarces que apresentava, buscando aparentar grandeza (SODRÉ, 2002, p. 325).

Agostini é considerado o principal chargista na imprensa nacional deste período e a *Revista Illustrada* “[...] o maior documentário ilustrado que qualquer período da nossa história conheceu” (SODRÉ, 2011, p. 325).

Deste início da história da charge nacional podemos destacar seu caráter político e denunciativo. Tanto a charge de Porto Alegre, apesar de descrita nos livros como caricatura, como o perfil da *Revista Illustrada* nos leva a exaltar o papel crítico e reflexivo deste produto.

Outras revistas com presença do humor foram surgindo no período do Segundo Império, entre elas *Vida Fluminense* (1868), porém nenhuma teve tanta relevância como a *Illustrada*. Já no início do século XX surgiram publicações como: *Revista da Semana* (1900), *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904) e *Fon-Fon!* (1907), que tratavam de política, entre outros assuntos, com a irreverência do humor (FONSECA, 1999, p. 205).

Diversos talentos do humor gráfico nacional foram revelados neste período, a exemplo de Raul (Raul Paranhos Pederneiras), K. Lixto (Calixto Cordeiro), J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha), Max Yantok, e Rian (Nair de Tefé), esta última a primeira cartunista mulher brasileira, que apesar de filha do Barão de Tefé e esposa do presidente Hermes da Fonseca, não poupava críticas à política. Conta-se, que ela apareceu, num baile cerimonial do Palácio do Itamarati, com um vestido no qual na barra da saia estavam afixadas caricaturas dos ministros de seu marido (FONSECA, 1999, p. 205-233).

Fonseca (1999, p. 206) destaca que a Revolução de 1930 e o Estado Novo, decretado em 1937, trouxeram, como consequência uma severa censura à imprensa, deixando um *gap* no desenvolvimento da caricatura nacional.

Goodwin (2011, p. 537) menciona que foi nos anos 50, com a publicação de *O Cruzeiro*, e outras revistas semanais, que vieram à tona nomes como Millôr e Ziraldo, que influenciados pelos europeus tinham um humor gráfico refinado. Na mesma época, cartunistas como Estevão e Péricles eram donos de um humor mais popular.

A instauração, no Brasil, do Regime Militar em 1964, e todos os eventos políticos que sucederam esse período, restringiram o espaço do humor gráfico nas grandes revistas, devido à censura imposta aos meios de comunicação. Para driblar o

período ditatorial, revistas como *Senhor* (1959) e *Pif-Paf* (1964), esta última de Millôr, que, apesar de não sobreviver por muito tempo – devido às pressões políticas – projetaram dois grandes nomes na arte do humor gráfico: Fortuna e Jaguar. Ainda nessa época, alguns jornais diários começaram a valorizar a seção humorística, revelando artistas como Henfil (GOODWIN, 2011, p. 537-538).

Em 1969, ainda em meio ao Regime Militar, surge o jornal humorístico mais importante do país: *O Pasquim*, que já em seu início contou com Jaguar, Ziraldo, Claudius, Fortuna e Millôr – todos chargistas já consagrados, e outros que estavam começando a se destacar na época, como Henfil e Miguel Paiva. Também compunham o quadro d’*O Pasquim* jornalistas “mordazes”: Paulo Francis, Tarso de Castro, Flávio Rangel e Luís Carlos Maciel, entre outros (GOODWIN, 2011, p. 538).

Esta época prestou um grande serviço à charge nacional, segundo Goodwin (2011, p. 538), pois foi a partir dele que, no humor gráfico nacional, ela passou a predominar, em detrimento do cartum. Isso ocorreu pela necessidade de reagir perante a ditadura.

Na década de 1970 também surgiram outros jornais que, como *O Pasquim*, se municiavam do humor contra o regime de exceção vivido no país. Estes fizeram parte da chamada “imprensa nanica”: *Opinião*, *Movimento*, *Balão* e *Bicho* são alguns deles (GOODWIN, 2011, p. 538).

Ainda na década de 1970 as charges, cartuns, caricaturas e tirinhas ganham outro espaço no cenário nacional, o Salão de Humor de Piracicaba, que, criado em 1973, deu espaço e premiou grandes nomes do humor gráfico nacional, como Laerte (vencedor na categoria charge em 1974) e Angeli (vencedor na mesma categoria em 1975) (QUEIROZ; CIASI, 2013).

Os anos 1980, além de contar com chargistas da escola d'O *Pasquim*, foi palco para surgimento de outro fenômeno no desenho brasileiro: os quadrinhos de humor. Neste movimento consagraram-se artistas como Angeli, Laerte, Luiz Gê, Glauco, Spacca, entre outros (GOODWIN, 2011, p. 539). Eles, além de publicar seus quadrinhos em grandes jornais, os reuniam em livros.

O *Pasquim* deixou de existir em 1991 e desde então nenhum outro periódico de humor teve tanta expressão, apesar de tentativas terem sido feitas, como em O *Pasquim 21* e na revista *Bundas*.

Goodwin (2011, p. 540) considera que “[...] nos últimos anos houve uma valorização do espaço da charge diária nos grandes jornais”, abrindo espaço para novos chargistas, como Dálcio Machado e publicando nomes já consagrados, como Angeli.

É importante ainda destacar, neste início do século XXI, o surgimento de uma nova forma de humor gráfica, possibilitada pelo avanço da informática, pela popularização da Internet e das redes sociais: são produções baseadas em imagens já existentes, como de um filme ou série, ou ainda criadas por internautas, que, combinadas com frases, espalham-se pela rede para criticar, satirizar, denunciar ou apenas fazer humor de algum acontecimento ou situação cotidiana. Essas produções, chamadas popularmente de “memes” se aproximam muito da charge em sua configuração e função, porém, para analisá-las se faz necessário outro estudo. A seguir um exemplo de um memes que vem circulando na rede.



Figura 6 – Exemplo de meme

Fonte: <https://www.facebook.com/MemesMessianicos>

As funções da charge jornalística

Grande parte dos jornais impressos publicam suas charges diariamente na página destinada ao editorial do veículo. Esta localização privilegiada destaca a charge dos demais formatos de humor gráfico presentes no jornal, fazendo-a mais ‘séria’ no contexto jornalístico do que os outros formatos. Estar na página do editorial significa fazer parte da ala deliberadamente opinativa da publicação.

Embora seja possível afirmar que a linha que separa os gêneros jornalísticos seja muito tênue, já que na informação há subjetividades e que as opiniões são fundamentadas em informações, defendemos que a charge, bem como o editorial, o artigo e a coluna têm como principal função expressar opiniões acerca dos fatos, e não apresentar novos acontecimentos aos leitores. Por isso, consideramos a charge uma ferramenta opinativa.

Neste contexto, Agostinho (1993, p. 229) afirma que a charge, “[...] diferentemente dos ‘quadrinhos’ e ‘cartuns’ não tem a função de um passatempo inocente e

inconsequente”. Ela se “[...] constitui realidade inquestionável no universo da comunicação, dentro do qual não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão”.

O chargista Chico Caruso defende que a charge no jornal não conta uma notícia, não revela um novo fato, o papel do chargista é outro:

Embora [o chargista] não saia à caça da notícia como o repórter e não escreva sobre os fatos, ele vai armazenando informações não-objetivas e, aos poucos, uma sensibilidade tanto melhor quanto mais anormal de captar a realidade. Isso porque, além da leitura dos jornais, e principalmente dos colunistas políticos, o chargista se alimenta de algo mais, o detalhe. [...] Vai atrás da pose, da ruga, do olhar, na ilusão de penetrar no pensamento dos figurantes (1984, p. 15).

O professor e chargista Gilberto Maringoni destaca ainda outra função da charge, a de conferir identidade ao jornal em que é publicada:

[...] com a crescente “objetivação” do noticiário em geral e uma pretensa imparcialidade nas pautas, revalorizou-se no país o colunismo opinativo. Esses adereços acabam sendo o diferencial de cada veículo. Por serem exatamente o “toque pessoal”, eles só tem função se funcionarem como antenas do jornal, abridores de picadas, aventureiros por “mares Dante nunca desbravados” dentro das páginas diárias (1996, p. 85).

Dessa forma, as ferramentas opinativas do jornal, incluindo aí as charges, devem ser mais “ousadas” que o noticiário tradicional, permitindo ao leitor um momento de reflexão. De acordo com Maringoni (1996), esse papel reflexivo do jornal acaba tendo muito mais importância que suas características informativas, e informar é uma obrigação. Isso porque com o avanço das tecnologias, o jornal impresso perdeu seu posto de trazer ao leitor as últimas notícias.

Lembrando o cartunista Fortuna, Maringoni diz que a charge é “[...] uma espécie de ‘editorial gráfico’”. Porém, “[...] enquanto num artigo o autor pode, após um contundente ataque, emendar um “mas-contudo-todavia”, na charge esses malabarismos não são permitidos. [...] A charge é contra ou a favor. É porrada ou não” (1996, p. 86).

Embora tenha natureza parcial, as charges também refletem a linha editorial do jornal ou da revista. Maringoni lembra que

O chargista, como qualquer outro jornalista, deve antes de tudo saber para qual veículo está trabalhando e qual a orientação editorial do órgão, sem, no entanto, perder suas características artísticas e de opinião. [...] Interesses editoriais existem até em jornais de Centros Acadêmicos. Mas ousadia é fundamental (1996, p. 87).

Diante do exposto, bem como das observações realizadas sobre as charges, de entrevistas com chargistas e de outros trabalhos que temos desenvolvido sobre este tema, acreditamos que as principais funções da charge são a de sintetizar a opinião do veículo acerca de um fato de importância no momento e a de provocar reflexão sobre este tema, apesar de essa reflexão se dar a partir de um ponto de vista específico. Também está clara a importância do humor, nem sempre

provocador do riso, mas como estratégia de sensibilizar o leitor sobre um acontecimento. Porém, uma vez publicada a charge pode assumir outras funções, como a de despertar o interesse do leitor sobre o fato tratado na charge ou ser usada como bandeira de um movimento social.

Considerações finais

Após esta pesquisa bibliográfica, que teve como objetivos entender o que é a charge, diferenciando-a das demais formas de humor gráfico, bem como conhecer um pouco de sua história e funções, passamos a entendê-la como uma **representação crítica** de um **fato** atual, portanto contextualizado em tempo e espaço, que se utiliza fundamentalmente de imagem, geralmente se vale de texto escrito, e também pode fazer uso de som e animação (no caso de rádio, TV e internet). Através do **humor** e da **sátira**, expressa a um público a **opinião** do chargista e/ou do veículo para o qual ele trabalha sobre o acontecimento.

Em relação à sua história ficou evidente sua ligação com a caricatura e a confusão feita entre os autores ao recontar a história da charge como a história da própria caricatura. Esta confusão se justifica por questões etimológicas, as duas palavras têm significados muito semelhantes em suas origens, e de tradução, já que nem todos os países possuem palavras distintas para os dois formatos.

Consideramos, porém, que no Brasil a charge já surgiu como charge. Ou seja, ela já carregava uma função social, era crítica de um acontecimento específico e o satirizava desde suas primeiras produções.

Em relação à origem da charge no mundo, acreditamos, a partir das leituras feitas, que seu surgimento tenha ocorrido na França, com Jacques Callot, considerado o pai do gênero “sátira social”. Todo o trabalho que veio antes dele, as caricaturas

dos irmãos Carraci na Itália, o uso da ironia contra a soberania da Igreja Católica na Idade Média, as paródias gregas, por exemplo, prepararam o terreno para a criação desta ferramenta tão importante para a imprensa.

Assim, rever a história da charge na imprensa nacional é conhecer um pouco mais sobre a nossa imprensa e a nossa história, uma vez que a charge capta os principais acontecimentos e os eterniza a partir dos traços. Também é possível sentir como os acontecimentos foram trabalhados pela imprensa ao observar as charges. No Brasil, seu papel social fica evidente, desde o uso do trabalho de Agostini na campanha abolicionista na Revista *Ilustrada*, aos trabalhos do Pasquim durante a Ditadura Militar, passando ainda por todas as charges publicadas diariamente, que apontam os situações do cotidiano vivida na sociedade, bem como fazem uma crítica clara e decisiva para algumas ações de nossos governos.

Desta forma, consideramos que a função principal da charge é atuar como uma apontadora de erros, nos moldes da interpretação do riso feita por Bergson (1980): um gesto social, que busca corrigir desvios. Porém, sabemos que hoje seu uso muitas vezes se dá para legitimar as opiniões já hegemônicas dos grandes conglomerados de mídia. A alternativa a isso estamos vendo nas redes sociais, a partir da criação e compartilhamento, dos próprios usuários da rede, de suas próprias satirizações do cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostinho, A. T. (1995). *A charge*. 1993. 330 f. Tese (Doutorado em Artes) – Departamento de Comunicação e Artes, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Arquivoestado.sp.gov.br (2013). *Militares e Políticos Carricaturas*. Acesso em: 10 nov. 2013. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_charges/militaresepoliticos.php>.
- Bergson, H. (1980). *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Caruso, C. (1984). *Não tenho palavras*. São Paulo: Circo Editorial.
- Cruz, A., & Charles S. (2010, out.). Caricatura e charge: apontamentos sobre carnavalização e inversão da realidade no jornalismo (2010). In: *Revista PJ:Br*. São Paulo, ano VII (13). Acesso em: 12 nov. 2013.
Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos13e.htm>>.
- Ferreira, A. B. de H. (1993). *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fonseca, J. da. (1999). *Caricatura: A imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Flores, O. (2002). *A leitura da charge*. Canoas: Ed. Ulbra.

Goodwin, R. (2011). A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: Lustosa, I. (org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. (pp.535-555). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lima, H. (1963). *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

Maringoni, G. (1996). Humor da Charge política no jornal. In: *Comunicação & Educação*, 7, 85-91.

Marques De Melo, J. (2003). *Jornalismo opinativo*. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira.

Mastrotti, M. D. (2013). Acesso em: 29 out. 2013. *Caricaturas*. Disponível em: <<http://www.cartunistamastrotti.com.br/caricaturas.html>>.

Miani, R. A. (2010). Iconografia na imprensa alternativa do Brasil no final do século XX: a presença da caricatura no jornal “Brasil Agora”. In: *Revista Patrimônio e Memória*. Assis, 6 (1), 54-79.

Miani, R. A. (2012, jan./jun.). Charge: uma prática discursiva e ideológica. In: *9ª Arte*. 1(1), 37-48. São Paulo.

Queiroz, A., Ciasi, L. H. (orgs.) (2013). *Balas não matam ideias: 40 anos do salão internacional de humor de Piracicaba 1974/2013*. São Paulo: Nova RC Editora; Rio Claro: Centro Nacional de Humor Gráfico.

Saliba, E. T. (2002). *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Epoque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras.



Sodré, N. W. (2011). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: Edipucrs.